

DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA

Eu, _____, de nacionalidade _____, portador/a de documento de identificação n.º _____, **declaro sob compromisso de honra**, para efeitos de elegibilidade do estatuto de estudante internacional que, à data desta declaração:

- Me enquadro no Estatuto de Estudante Internacional previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 de agosto e no artigo 1.º do Regulamento n.º 664/2018 de 16 de outubro da Universidade do Porto, dos quais tomei conhecimento;
- Não tenho nacionalidade portuguesa ou de um Estado Membro da União Europeia;
- Tenho duas ou mais nacionalidades, em que não se inclua a nacionalidade portuguesa, mas de outro Estado Membro da União Europeia e de um Estado extracomunitário, e que optando pela nacionalidade extracomunitária, mantereí essa qualidade até ao final do ciclo de estudos em que me inscreva, ou para o qual transite;
- Não resido legalmente em Portugal há mais de dois anos, de forma ininterrupta, em 1 de janeiro do ano em que pretendo ingressar no ensino superior¹;
- Não benefico, em 1 de janeiro do ano em que pretendo ingressar no ensino superior, de Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil.

As declarações prestadas sob compromisso de honra e que não correspondam à realidade dos factos não têm validade e são passíveis de instauração de processo disciplinar, por força do art. 75.º, n.º 4, al. a) do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovado pela Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, do art. 11.º, n.º 1 dos Estatutos da Universidade do Porto-Estabelecimento de Ensino, consubstanciando ainda uma prática de crime de falsas declarações punido pelo artigo 348.º-A do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, na redação atual.

Mais declaro que solicitei ou pretendo solicitar o meu visto no posto consular _____

Porto, Faculdade de Direito, em _____, de _____, de _____

(Assinatura do Candidato)

¹ Não é contabilizado o tempo de residência com autorização de residência para estudo.